

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Victoria Andrade Pedrotti Cobianchi

**O Brasil, o Mercosul e a União Europeia: as relações comerciais bilaterais e o Acordo de  
Associação**

**DOURADOS  
Dezembro, 2023**

Victoria Andrade Pedrotti Cobianchi

**O Brasil, o Mercosul e a União Europeia: as relações comerciais bilaterais e o Acordo de Associação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto

**DOURADOS**  
**Dezembro, 2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C656b Cobianchi, Victoria Andrade Pedrotti

O Brasil, o Mercosul e a União Europeia: as relações comerciais bilaterais e o Acordo de Associação [recurso eletrônico] / Victoria Andrade Pedrotti Cobianchi. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mercosul. 2. União Europeia. 3. Parceria Estratégica. 4. Negociações Internacionais. 5. Política Externa. I. Espósito Neto, Prof. Dr. Tomaz . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



---

## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 13 de dezembro de 2023, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Victoria Andrade Pedrotti Cabianchi** tendo como título “**O Brasil, o Mercosul e a União Europeia: as relações comerciais bilaterais e o Acordo de Associação**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Tomaz Espósito Neto** (orientador), **Dra. Déborah Silva do Monte** (examinadora) e **Dra. Janiffer Tammy Gusso Zarpelon** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado \_\_Aprovada\_\_.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_Fazer uma revisão fina do trabalho\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinaturas:

**Dr. Tomaz Espósito Neto**

Orientador

**Dra. Déborah Silva do Monte**

Examinadora

**Dra. Janiffer Tammy Gusso Zarpelon**

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, principalmente ao campus da FADIR, pela ótima qualidade de ensino e preocupação com os alunos, seja dentro da sala de aula ou fora dela. Ao meu orientador o Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto, por toda a paciência e orientação nos longos meses de pesquisa. A banca examinadora e professoras que foram essenciais na minha vida acadêmica, Deborah Montes e Janiffer Zarpellon, obrigada por toda dedicação e carinho.

À minha família por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditei. Por todo o apoio dado durante o meu período acadêmico, apesar da distância nunca deixaram de me apoiar e se preocuparem comigo. Minha mãe Silmara Andrade e ao meu irmão Victor Cobiانchi, obrigada por não desistirem de mim, por serem meus exemplos e suporte, também não seria a mesma sem minha cachorra Chanel, a que ilumina os meus dias. As minhas amigas da minha cidade, obrigada por todo apoio e suporte emocional nesse período.

Não poderia deixar de agradecer à duas pessoas que foram essenciais na minha jornada, minhas amigas e irmãs que a faculdade meu deu a honra de conhecer, Marina Luri Kudo e Amanda Andressa Lira. Essa trajetória não teria sido incrível sem vocês, agradeço por estarem comigo nos melhores e piores momentos. Ter percorrido esse caminho com vocês foi essencial, nossas noites de jantas e conversas aleatórias são as que mais sou grata.

## RESUMO

Em 2019, foram encerradas as negociações comerciais entre a União Europeia e o Mercosul para a formação de um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia. Se e quando entrar em vigor, o acordo comercial entre os mesmos constituirá em uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. O presente trabalho procura responder a seguinte pergunta de pesquisa: Se e como a parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia influenciou no processo de negociação entre o Acordo de Associação entre Mercosul e a União Europeia, firmado em 2019? O escopo geral deste trabalho é de analisar a evolução dos temas comerciais entre o Mercosul, em especial o Brasil, e a União Europeia. Para tanto, o presente estudo tem os seguintes objetivos específicos: a) examinar o processo de negociação do Acordo de Associação entre Mercosul e a União Europeia das propostas iniciais (2000) até o fechamento das negociações do acordo (2019); b) por fim, apresentar os temas que impedem a ratificação do Tratado, seja pelos Estados membros da União Europeia, seja pelos participantes do Mercosul. Nesta pesquisa qualitativa, optou-se pelo método indutivo. O texto tem como bases teóricas a teoria do jogo de dois níveis de Robert Putnam (2008), acerca da ação coletiva e a governança democrática que causou um impacto na Ciência Política. Outro conceito utilizado é a interdependência complexa de Robert O. Keohane e Joseph Nye de 1977. Outrossim, o regionalismo aberto segundo Andrew Hurrell (1995), uma forma de integração regional que promove a abertura econômica e a cooperação entre os países membros. Por fim, tem o regionalismo pós-liberal uma combinação entre o regionalismo e o liberalismo. O texto foi elaborado com base em dados e documentos disponibilizados em sites oficiais, como site da União Europeia e do Mercosul, sistema de concórdia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), entre outros. Ademais, utilizou-se o método de revisão bibliográfica de artigos, livros, teses e dissertações.

**Palavras chaves:** Mercosul; União Europeia; Parceria Estratégica; negociações internacionais; política externa.

## ABSTRACT

In 2019, trade negotiations between the European Union and Mercosur were concluded to form an Association Agreement between Mercosur and the European Union. If and when it comes into force, the trade agreement between them will constitute one of the largest free trade areas in the world. This paperwork seeks to answer the following research question: If and how the strategic partnership between Brazil and the European Union influence the negotiation process between the Association Agreement between Mercosur and the European Union, signed in 2019? The general scope of this work is to analyze the evolution of trade issues between Mercosur, especially Brazil, and the European Union. To this end, the present study has the following specific objectives: a) examine the negotiation process of the Association Agreement between Mercosur and the European Union from the initial proposals (2000) until the conclusion of the agreement negotiations (2019); b) finally, present the issues that prevent the ratification of the Treaty, whether by European Union member states or by Mercosur participants. In this qualitative research, the inductive method was chosen. The theoretical basis of the text is Robert Putnam's two-level game theory (2008), about collective action and democratic governance that had an impact on Political Science. Another concept used is the complex interdependence of Robert O. Keohane and Joseph Nye from 1977. Furthermore, open regionalism according to Andrew Hurrell (1995), a form of regional integration that promotes economic openness and cooperation between member countries. Finally, post-liberal regionalism is a combination of regionalism and liberalism. The text was based on data and documents available on official websites, such as the European Union and Mercosur website, the concord system of the Ministry of Foreign Affairs (MRE), the Brazilian Export and Investment Promotion Agency (APEX), among others. Furthermore, the bibliographic review method of articles, books, theses and dissertations was used.

**Keywords:** Mercosur; European Union; Strategic Partnership; International negotiations; foreign policy.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES- UE .....</b>	<b>37</b>
---	-----------

## **LISTA QUADROS**

<b>QUADRO 1- LINHA DO TEMPO UE- MERCOSUL .....</b>	<b>29</b>
--	-----------

## LISTAS FIGURAS

<b>FIGURA 1- ARLAGAMENTO DA UE</b> .....	18
<b>FIGURA 2- MAPA DA UE PÓS BREXIT</b> .....	19
<b>FIGURA 3- BALANÇA COMERCIAL 2022</b> .....	38
<b>FIGURA 4- BALANÇA COMERCIAL 2023</b> .....	38

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Uma breve análise histórica do processo de construção da União Europeia e sua política exterior, em especial as relações com o Mercosul e o Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Breve histórico da União Europeia e a sua política externa comum.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Antecedentes da CECA (1951).....</b>	<b>13</b>
<b>2.3</b>	<b>Trajectoria da União Europeia: da CECA (1951) ao Tratado de Lisboa (2009).....</b>	<b>15</b>
<b>2.4</b>	<b>Estrutura da União Europeia após Tratado de Lisboa.....</b>	<b>19</b>
<b>2.5</b>	<b>As Linhas da Política Externa da União Europeia: mecanismos e objetivos.....</b>	<b>21</b>
<b>2.6</b>	<b>Mercosul: uma breve apresentação.....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>União Europeia e Mercosul, a influência do Brasil e a Parceria Estratégica de 2007.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Interações entre a União Europeia e o Brasil: parceiros ou rivais?.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Os Acordos e as Comissões entre Mercosul e União Europeia (1990 – ANO): a influência do Brasil.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3</b>	<b>Os processos para a construção da Parceria Estratégica entre Brasil e União Europeia de 2007 até 2023.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4</b>	<b>Acordo de Associação entre o Mercosul e União Europeia em progresso: as negociações em diferentes fases.....</b>	<b>34</b>
<b>3.5</b>	<b>Os 10 anos da Parceria Estratégica 2007: o caminho percorrido.....</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>Os avanços e oportunidades do processo de ratificação do Acordo Mercosul e União Europeia.....</b>	<b>40</b>
<b>4.1</b>	<b>O Acordo de Associação entre os blocos- Mercosul e União Europeia (1992 – 2023).....</b>	<b>40</b>

<b>4.2 As pedras no meio do caminho para a ratificação do acordo: projetos ambientais e direitos humanos.....</b>	<b>39</b>
<b>4.3 As Oportunidades para as exportações brasileiras através do Acordo de Associação.....</b>	<b>43</b>
<b>5 Considerações Finais.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2023, marcou 28 anos da cooperação entre a União Europeia com o Brasil. O marco inicial dessa parceria teve com base no Acordo-Quadro de Cooperação de 1992. Desde então, o Brasil é um dos principais parceiros interlocutores da UE no mundo (União Europeia, 2016).

De acordo com Oliver Costa (2013), a primeira década do século XXI mostrou um aumento constante das relações políticas e comerciais entre o Brasil e UE. Diversos acordos de cooperação foram firmados, os quais abrangeram uma diversidade de temas, tais como meio-ambiente e direitos humanos. Assim, o intercâmbio econômico, político-cultural atingiu um novo patamar significativo.

Para Silva (2011), a parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia reflete os interesses comuns para instituir uma cooperação empenhada na promoção da paz, e o respeito pela democracia, direitos humanos e pelo Estado Democrático de Direito. Tal colaboração bilateral proporciona aos seus parceiros a formação de uma liderança que é positiva e instâncias multilaterais, regionais e globais.

Portanto, a relação bilateral contribui para que o Brasil e a União Europeia aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação (Brasil, 2013). Outrossim, existe a percepção de que uma boa relação entre o Brasil e a UE pode-ter um efeito de “spill over” para os demais países do Mercosul. Assim, facilitaria a assinatura e a ratificação Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia (União Europeia, 2021).

Diante desse cenário, o presente artigo possui as seguintes perguntas de pesquisa: Se e como a parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia influenciou no processo de negociação entre o Acordo de Associação entre Mercosul e a União Europeia, firmado em 2019?

O escopo geral deste trabalho é de analisar a evolução dos temas comerciais entre o Mercosul, em especial o Brasil, e a União Europeia. Para tanto, o presente estudo tem os seguintes objetivos específicos: a) examinar o processo de negociação do Acordo de Associação entre Mercosul e a União Europeia das propostas iniciais (2000) até o fechamento das negociações do acordo (2019); b) por fim, apresentar os temas que impedem a ratificação do Tratado, seja pelos Estados membros da União Europeia, seja pelos participantes do Mercosul.

Esse trabalho apresenta o seguinte argumento: diante de um cenário de convergências políticas e um mercado internacional mais “liberal” em 2019, tanto o Brasil quanto a União Europeia, conseguiram avançar na negociação do acordo político comercial, e a postura do Brasil de se fazer maiores concessões, oriundas da parceria estratégica foi essencial para os avanços do Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul.

Em 2019, chegou-se um acordo sobre o tratado político-comercial. Entretanto, esse cenário de convergências políticas mudou. Como as violações dos direitos humanos, o avanço do desmatamento sul-americano, o aumento do protecionismo agrícola europeu, entre outros fatores alteraram a ambiência política, esses fatores causaram um impedimento da ratificação do acordo.

Entre os anos de 1995 e 2019, as negociações do acordo de Associação Mercosul e União Europeia, teve cinco diferentes presidentes<sup>1</sup> no Brasil, suas gestões encontram-se em diferentes matizes no quadro político e econômico (Menezes, *et al.*, 2019). Essas (des) continuidades afetou a dinâmica das negociações pelo lado do Brasil. Também houve semelhanças nos interesses do setor privado quanto ao acordo e foram modificados, entre elas: as transformações sociais e econômicas do Brasil, indústria e do perfil empresarial; o segundo ponto é as mudanças governamentais e diretrizes do governo; por fim o contexto internacional (Menezes, *et al.*, 2019).

No período de 1999 e 2019, as mudanças no governo teve impacto no engajamento, seja maior ou menor, da burocracia pública e das elites político-econômicas para firmar o acordo. No setor privado, não conforma com um bloco único, assim apresenta diversos interesses tanto no setor agrícola quanto no setor industrial (Menezes, *et al.*, 2019). Outro ponto é a conclusão da parte comercial do acordo, conforme Salgado e Bressan (2020):

Em 28 de junho de 2019, concluiu-se a parte comercial do Acordo Mercosul-UE, já durante o governo de Jair Bolsonaro. A ascensão de Bolsonaro no Brasil representou a ruptura mais radical com a tradição de política externa brasileira desde os regimes militares. Sob o discurso inflamado antipetista e antissistema, o governo Bolsonaro, sob as diretrizes de Ernesto Araújo, no Ministério das Relações Exteriores, e Paulo Guedes, no Ministério da Economia, adotou uma postura messiânica em reação ao globalismo e à suposta corrosão da civilização ocidental. A partir de uma agenda econômica de liberalização econômica radical e de alinhamento aos países desenvolvidos do Ocidente nomeadamente Estados Unidos e Europa, o governo brasileiro adotou uma postura proativa frente às negociações do acordo com a UE. Além disso, a sua conclusão renova a importância do

---

<sup>1</sup> Fernando Henrique Cardoso (1995-2003); Lula (2003-2011); Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Mercosul para o Brasil, como instrumental para a inserção econômica internacional (p.18-19.2020).

Outrossim, as parcerias estratégicas da União Europeia resultam de sua origem paralela à formação da política externa comunitária, demonstram o aprofundamento da integração regional (Silva, 2011). Para Silva (2011), esse instrumento diplomático visa fortalecer os laços especiais com potências globais, promover conjuntamente o multilateralismo, tratar dos principais temas da agenda internacional e a realização de interesses de índole bilateral.

O Brasil nutre uma relação histórica com o bloco europeu. O país foi um dos primeiros Estados a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1960 (Costa, 2013). A partir disso, o relacionamento bilateral passou por múltiplas etapas como o Acordo- Cooperação em 1992, o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia em 2004.

No entanto, o Brasil e a União Europeia são parceiros estratégicos desde 2007. Por esse instrumento diplomático, Bruxelas, de um lado, reconheceu o Brasil como um de seus interlocutores mundiais (União Europeia, 2019). De outro lado, a parceria mantém a alta importância na política externa do Brasil, pois a UE é um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil, com investimentos em múltiplos setores da economia brasileira. (União Europeia, 2019).

A Parceria Estratégica, firmada em 2007, elevou as relações entre Brasil e União Europeia, abriu novas oportunidades de interesse bilateral ou bi regional. Como atores do sistema internacional multipolar em constante transformação, ambos compartilham compromissos que visam fortalecer o multilateralismo (Brasil, 2013). O foco deste trabalho é analisar os processos e evoluções da parceria estratégica ao longo dos anos

A conclusão das negociações comerciais entre UE-Mercosul, é um dos objetivos prioritários tanto da UE quanto do Mercosul. Os sucessos e os impasses devem-se, em grande parte, ao papel decisivo nas negociações desempenhadas pelo Brasil (União Europeia, 2007).

Além disso, no quesito comercial, o Brasil é um centro de investimento importante da UE na América Latina (União Europeia, 2007). Outrossim, a UE é o maior investidor estrangeiro no Mercosul, com um estoque de quase US\$433 bilhões (2017), em setores como tecnologia, automotiva e outros (Brasil, 2019).

Para elucidar melhor, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia ocorreu em três fases, a primeira delas entre os anos de 1992 e 2004. Já a segunda fase, aconteceu

entre 2010 e 2012. No período até a terceira fase, houve reuniões das cúpulas, mas não houve novas negociações. Por fim, entre os anos de 2016 e 2019, decorreu-se a terceira fase de negociações entre Mercosul e União Europeia; envolveu a discussão de textos de alta complexidade temática, tais como o comércio de bens, regras de origens, compras governamentais e outros (Brasil, 2022). Em 28 de Junho de 2019, os ministros do Mercosul e os comissários da UE anunciaram a conclusão da parte comercial do Acordo de Associação MERCOSUL-UE em Bruxelas. O acordo está em processo de ratificação por ambos os blocos.

Nesta pesquisa qualitativa, a autora optou pela metodologia indutiva. De acordo com Minayo (2001), metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Nessa pesquisa, optou-se pela metodologia indutiva, em que o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos (Reneker, 1993).

O texto tem como bases teóricas o jogo de dois níveis de Robert Putnam (2008), acerca da ação coletiva e a governança democrática que causou um impacto na Ciência Política. Acerca da teoria dos jogos de dois níveis, Putnam diz:

[...] No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas (Putnam, 2008, p.151).

A obra de Putnam (2008) ajuda a compreender como os atores políticos tomam decisões estratégicas nas mais complexas situações. Assim como, as relações entre grupos de pressão, instituições, entre outros influenciam, ou não, a política externa de um país.

Outro conceito utilizado é a interdependência complexa de Robert O. Keohane e Joseph Nye de 1977. A interdependência complexa trouxe a ideia de que o poder internacional possui múltiplas dimensões e não somente a segurança dos Estados. Diante disso, causou um impacto na teoria das relações internacionais e na política internacional, influencia na maneira em que os Estados e os atores lidam com a globalização, segurança internacional e a cooperação econômica (Cademartor & Santos, 2016). Ou seja, a interdependências a dependência mútua entre dois ou mais atores, esses atores trazem a ideia de uma dependência entre os países (Martins, 2021).

Outrossim, o regionalismo aberto, segundo Andrew Hurrell (1995), é uma forma de integração regional que promove a abertura econômica e a cooperação entre os países membros. O objetivo do regionalismo aberto é aumentar os benefícios da integração regional, se inserir no plano econômico e político internacional e atender as demandas domésticas e externas (Fucille, *et al.*, 2021).

Por fim, tem o regionalismo pós-liberal, Veiga e Rios (2007), a América do Sul é palco nos últimos anos, de um processo de revisão crítica das políticas econômicas adotadas na região nos anos 90. Deste modo, Veiga e Rios (2007) definiram o regionalismo pós-liberal, pretendem expressar no campo das relações inter-regionais uma nova ordem de prioridades e uma na agenda relacionada ao deslocamento para esquerda e poder político em diversos países da região. Veiga e Rios ainda comentam sobre o regionalismo pós-liberal:

A hipótese básica do regionalismo pós-liberal é que a liberalização dos fluxos de comércio e de investimentos e sua consolidação em acordos comerciais não apenas não são capazes de gerar “endogenamente” benefícios para o desenvolvimento, mas ainda podem reduzir substancialmente o espaço para a implementação de políticas nacionais “de desenvolvimento” e para a adoção de uma agenda de integração preocupada com temas de desenvolvimento e de equidade (Veiga & Rios, 2007, p.28).

O texto foi elaborado com base em dados e documentos disponibilizados em sites oficiais, como site da União Europeia e do Mercosul, sistema de Concórdia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), entre outros. Ademais, utilizou-se como metodologia auxiliar a revisão bibliográfica de artigos, livros, teses e dissertações. O método de revisão permite a combinação dos dados, tanto da literatura empírica quanto da teórica, a leva assim para a definição dos conceitos, identificar às lacunas nas áreas de estudos, revisão das teorias e análise metodológicas (Mattos, 2015)

O presente texto está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, é apresentada uma breve análise histórica da União Europeia, sua política exterior e a sua relação com o Mercosul. Para uma melhor compreensão, é explicado brevemente o que levou a formação da União Europeia, a então Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a sua aproximação com o Brasil, na época ao saber da formação da CEE temiam ser afetados por prejuízos financeiros de uma possível queda no nível de exportações dos produtos agrícolas (Silva, 2011)

No segundo capítulo, é dado continuidade ao processo histórico da União Europeia e o Mercosul, observa-se também Parceria Estratégica de 2007, a evolução das

relações inter-regionais, e um novo momento na relação transatlântica. A parceria fora estabelecida em julho, e ambos mostravam interesse de formarem uma aliança uma vez que, em 1960 houve o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia (União Europeia, 2007).

Por fim, a negociação do Acordo Mercosul-UE teve três etapas. O capítulo aborda a evolução do Brasil como país intermediário e os empecilhos no processo de ratificação do acordo e apresentou informações atualizadas sobre o assunto.

## **2 Uma breve análise histórica do processo de construção da União Europeia e sua política exterior, em especial as relações com o Mercosul e o Brasil.**

No presente segmento é feita uma breve análise histórica da União Europeia, principalmente da sua política externa. Com isso, procura-se entender melhor o como se desenvolveu o bloco europeu. Assim como, a política externa e as relações com outros blocos e países, em especial Mercosul.

Ademais, de acordo com Yonca Özer (2012), o Tratado de Lisboa (2007) aumentou o âmbito da política comercial ao incluir também a conclusão dos acordos comerciais de serviços, aspectos comerciais da propriedade intelectual, também o investimento estrangeiro de competência exclusiva da UE, fora a conclusão dos acordos comerciais de mercadorias. Neste contexto, será analisada a relação bilateral entre o Mercosul e a União Europeia.

### **2.1 Breve histórico da União Europeia e a sua política externa comum**

Em 1944, é criado a Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), teve um alto destaque por ser um dos tratados de origem da unificação gradual e setorial dos países europeus (Barbosa, 2013). No período de guerras<sup>2</sup>, o acordo reuniu os países membros com a intenção de recuperar suas economias, evitar novos conflitos e construir confiança. Em 1950, a França, Alemanha Ocidental se juntaram aos três países, instituindo assim a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), a criação do Mercado Comum Europeu (MCE) pelos seis países, surgiu em 1957, por meio do Tratado de Roma (Barbosa, 2013).

Ademais, por meio destes acordos, foi criado o Tratado da Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM). Deste modo, ocasionou à Comunidade Econômica Europeia (CEE), outro ponto foram os esforços franco-germânicos para a construção da Europa unida, demonstrou desta forma ser uma causa que não era somente em interesses econômicos (Barbosa, 2013).

### **2.2 Antecedentes da CECA (1951)**

---

<sup>2</sup> Segunda Guerra Mundial (1939-1945); Guerra Fria (1947-1991).

De acordo com Costa (2017, p.29), a União Europeia foi criada como um dos resultados da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, teve uma influência na sua evolução para torna-se a União Europeia. Em seus primeiros passos, o objetivo era de promover a cooperação econômica, com a ideia de que os países comercializassem uns com os outros. Portanto, a intenção era de construir uma confiança e reconstruir a Europa, de modo a evitar novos conflitos, como o caso das duas guerras mundiais.

Entretanto, o primeiro a dar a ideia de uma federação europeia depois da Segunda Guerra Mundial, foi de Winston Churchill. Churchill. O mesmo advogou que a paz duradoura para a Europa iria depender da formação de uma federação, a qual teria como núcleo a França e a Alemanha e seria garantida pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha (Kiljunen, 2004).

Ademais, o tema da unificação europeia é retomado em termos políticos e institucionais mais complexos no final da Segunda Guerra Mundial. Fora deixado um quadro de devastação pela disputa militar anti-imperialista, a mesma obrigava as lideranças políticas e institucionais a buscarem uma nova alternativa concreta para acordos de paz e de recuperação socioeconômica que fosse capaz de ultrapassar as fronteiras nacionais (Barbosa, 2013).

Entre as iniciativas implementadas para pacificar a Europa por meio da integração no período pós Segunda Guerra Mundial, tem-se o Congresso de Haia (1948) e vinte<sup>3</sup> países reuniram delegados para poderem discutir a relação de cooperação entre os Estados da Europa. Em decorrência do Congresso de Haia, fora criado em 1949 o Conselho Europeu, porém o mesmo não atendeu as expectativas dos federalistas. Na reorganização da ordem global em decorrência da Guerra Fria, surgem outras organizações para a cooperação europeia na forma de organizações internacionais tradicionais (Costa, 2017), Costa (2017, p.33) ainda acrescenta:

Em 9 de maio de 1950, Robert Schuman, ministro francês de Assuntos Estrangeiros, propôs a criação da CECA, uma iniciativa franco-germânica aberta a outros países europeus. Em 1951, seis países (França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Holanda) assinaram o Tratado de Paris, que instituiu a CECA por um período de 50 anos. A opção da CECA foi o marco de uma mudança estratégica: a ideia era primeiro formar uma base econômica que pudesse permitir a cooperação política em médio prazo e tornar a reconciliação entre adversários da Segunda Guerra Mundial irreversível, colocando a produção e a gestão de recursos da indústria de armamentos sob uma autoridade comum.

---

<sup>3</sup> Os países signatários estavam Bélgica, Dinamarca, França, Reino Unido, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia.

### **2.3 Trajetória da União Europeia: da CECA (1951) ao Tratado de Lisboa (2009)**

O Tratado de Paris (1951) foi responsável por criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), o objetivo era de estabelecer uma livre circulação do carvão e do aço e o livre acesso às fontes de produção. A mesma foi responsável por dar os primeiros passos para uma integração europeia (União Europeia, 2017).

Outrossim, a CECA teve como foco contribuir para a expansão e integração econômica. As instituições eram responsáveis por garantir o abastecimento regulamente de carvão e aço para o mercado comum. Deste modo, teria que garantir a igualdade de acesso para as fontes de produção, manter preços baixos e melhores condições dos trabalhadores (União Europeia, 2017).

Para Oliver Costa (2017), entre as motivações que levaram a integração europeia estão: com fim da Segunda Guerra Mundial os europeus queriam encontrar uma forma de evitar conflitos, com isso tem a origem da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). A CECA foi responsável pela mudança estratégica, com a ideia de formar uma base na qual fosse econômica e permitiria a cooperação política em médio prazo- e tornaria a reconciliação entre adversários da Segunda Guerra Mundial (Costa, 2017).

A CEE (Comunidade Econômica Europeia) estabelecida pelo Tratado de Roma (1957), foi responsável por propor normas e implementar políticas. Aumentou o seu número de iniciativas para cooperação e avançou a implementação de um mercado comum (União Europeia, 2017).

O Tratado de Roma (1957), responsável por instituir a Comunidade Econômica Europeia (CEE), foi composto por seis países, sendo eles: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Estabelece um mercado comum assente na livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, os países membros aceitam harmonizar de forma gradual as suas políticas econômicas (União Europeia, 2017).

Conforme Pereira (2021), esse tratado, institui a CEE, era composto por 240 artigos, continha a criação de um mercado comum num decorrer de 12 anos, baseado nas chamadas quatro liberdades: livre circulação de mercadorias, de pessoas, capitais e de serviços. Pereira (2021, p.34):

Estabelecia uma união aduaneira e a adoção pelos Estados-Partes de políticas comuns nos planos agrícola, comercial e de transportes. Posteriormente, outros Estados aderiram ao Tratado da CEE: Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, em 1973; Grécia, em 1981; Espanha e Portugal, em 1986.

Os pontos-chaves e objetivos específicos da CEE consistiam em transformar as condições econômicas das trocas comerciais e da produção no território dos seus Estados-membros, além de constituir uma unificação política mais alargada da Europa (União Europeia 2017).

A CEE era uma estrutura mais desenvolvida que a CECA. As suas funções não estavam restritas só para a coordenação da extração e comercialização de carvão e aço, o seu quadro institucional era composto pela Assembleia, a Comissão, o Conselho de Ministros, a Corte de Justiça, Banco Europeu de Investimentos (Guimarães, 2017).

O tratado EURATOM-Comunidade Europeia da Energia Atômica (1957), o objetivo inicial era de coordenar os programas de investigação dos Estados para a utilização pacífica da energia nuclear. Garantir a que os materiais nucleares não fossem desviados para fins diferentes dos que se destinam em particular militares (União Europeia, 2007). Outrossim, entre os objetivos do Tratado EURATOM estão: promover e facilitar a investigação, garantir a difusão dos conhecimentos técnicos, estabelecer normas de segurança uniformes com a intenção de proteger a saúde da população e dos trabalhadores da indústria (União Europeia, 2007).

Em 1965, ocorreu a primeira crise da integração, o Presidente francês Charles de Gaulle, optou pela política da “cadeira vazia”<sup>4</sup> e com isso solicitou aos seus ministros que não participassem do Conselho. Essa crise paralisou o conselho por sete meses até a adoção do Compromisso de Luxemburgo<sup>5</sup> (1970), o presidente queria mostrar sua oposição à natureza federal da CEE (Costa, 2017).

Conforme destacado por Oliver Costa (2017), no período da “cadeira vazia”, a natureza intergovernamental do Conselho ganhou maior assertividade, os estados enviavam um crescente número de oficiais e diplomatas. Destacam-se como eventos positivos dessa época, a formação da união aduaneira entre os seis Estados membros em 1968 e o Tratado de Luxemburgo em 1970, o qual concedeu à Comunidade os seus próprios recursos e atribuiu ao Parlamento Europeu responsabilidade pelo orçamento.

De acordo com Silva (2011), com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971, e a crise do petróleo em 1973, causaram uma recessão nos países da CEE, e ocasionou

---

<sup>4</sup> A União Europeia é baseada nos princípios da integração e coesão dos seus membros. Deste modo, o consenso é importante para evitar tensões e encontrar soluções aceitáveis para os Estados-Membros.

<sup>5</sup> Permitia aos Estados-Membros vetar decisões que fossem consideradas de interesse nacional vital, não possui um estatuto legal era antes um acordo político expresso em um “comunicado”. Disponível em: <http://pt.euabc.com/word/640#:~:text=Em%20Janeiro%20de%201966%2C%20foi,de%20%22interesse%20nacional%20vital%22.>

altos índices de inflação e desemprego. Nesse contexto, os países que ocupavam uma posição marginal nos interesses comunitários começam a ser vistos como uma região estratégica.

Conforme Costa (2017), a União Europeia não é somente um agente estático, mas um processo dinâmico, o qual evolui em conformidade com a evolução das forças profundas internacionais e nacionais. Ademais, a crise econômica e financeira gerou impacto na capacidade da UE de participar do cenário internacional, mais especificamente nos momentos de ocorrência de grandes mudanças geopolíticas.

O Tratado Único Europeu (1986) foi responsável por introduzir as alterações nos Tratados que instituiu as Comunidades Europeias. Também consagrou a cooperação política europeia. Ao entrar em vigor em 1987, o título “Parlamento Europeu” tornou-se oficial (União Europeia, 2018).

Em 1991, foi celebrado o Tratado de Maastricht. É considerado um dos mais importantes processos de integração política, econômica e diplomática entre os países europeus após a Segunda Guerra Mundial (Barbosa, 2013). Ainda de acordo com Barbosa (2013), o tratado representou um movimento de reordenamento do território europeu, na qual diferentes fronteiras teriam capacidades de ser abolidas por meio de livre circulação de capitais, bens, serviços e cidadãos.

O Tratado de Amsterdã (1999) teve como finalidade rever o Tratado da União Europeia, realizar alterações para o futuro alargamento da UE. O Tratado de Amsterdã entrou em vigor em 1999, os processos de co-decisão foram simplificados e expandidos e o Parlamento Europeu passou a ter o direito de aprovar o presidente da Comissão (União Europeia).

O Tratado de Nice (2001) tem como objetivo reformar a estrutura institucional da União Europeia. Por meio do mesmo, os poderes legislativos e o de supervisão do Parlamento são aumentados, assim como a votação pela maioria qualificada no Conselho é alargada em mais áreas (União Europeia, 2018).

O Tratado de Lisboa (2009) concede à União Europeia uma personalidade jurídica própria. Portanto, passa a ser capaz de celebrar tratados internacionais nos domínios de competência ou adotar uma organização internacional (União Europeia, 2023).

Figura 1- Alargamento da UE



Fonte: [https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei\\_002.pt.html](https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_002.pt.html)

No contexto de alargamento da União Europeia, é importante ressaltar a questão do Brexit. De acordo com Pereira (2021), a crise migratória foi um dos fatores que contribuíram para a saída do Reino Unido da União Europeia. No período de processo de integração europeia, que teve contratempos desde a constituição da Comunidade Econômica Europeia, a inclusão do Reino Unido também enfrentou obstáculos. Conforme Pereira (2021, p.47):

Historicamente, o Reino Unido sempre esteve de costas para o continente e voltado para seu então vasto império. À época de criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA, o primeiro-ministro Winston Churchill, embora hipotecando apoio à criação da primeira comunidade supranacional da Europa, não se interessou em aderir ao Tratado que a constituiu. Por sua vez, ao ser edificada a Comunidade Econômica Europeia, o general De Gaulle (1890-1970), em 1963, durante seu período como presidente da França (1959-1969), se opôs ao possível ingresso do Reino Unido, em razão da estreita relação dos britânicos com os Estados Unidos. Contudo, em 1º de janeiro de 1973, diante do sucesso econômico dos primeiros tempos da CEE, após campanha polêmica e dez anos de negociações, o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia.

Deste modo, em 23 de junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo com relação a sua permanência na União Europeia (União Europeia, 2023). O Reino Unido

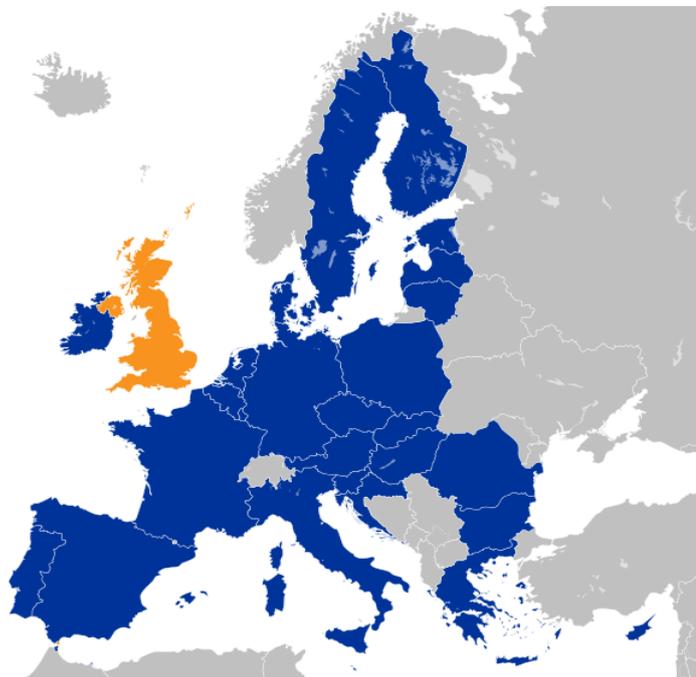
votou a favor da saída da UE, resultado foi de 52% contra 48%. Segundo Pereira (2021, p.48):

Com a participação de 72,2% dos eleitores, após disputadíssima campanha eleitoral, embora o primeiro-ministro solicitasse ao povo votar pela permanência, foi aprovada a retirada do país da União Europeia por 51,9% dos votos válidos contra 48,1% pela permanência.

Em março de 2017, o Reino Unido notificou o Conselho Europeu sobre a sua intenção de sair da União Europeia, acionou oficialmente o artigo 50.º do Tratado da União Europeia e em 30 de janeiro de 2020, a UE ratificou o acordo de saída (União Europeia, 2023). Outrossim, 31 de janeiro de 2020, o acordo de saída entrou em vigor e o Reino Unido saiu da UE, passou a ser um país terceiro (União Europeia, 2023).

Por fim, a União Europeia e o Reino Unido concluíram o acordo de comércio e cooperação em 24 de dezembro de 2020, o qual redefiniu as suas relações futuras. O acordo foi aprovado em 29 de dezembro de 2020 pelos 27 Estados-Membros (União Europeia, 2023).

Figura 2- Mapa da UE pós Brexit 1



Território do Reino Unido em laranja e a União Europeia em azul (Wikimedia Commons) (2016)

## 2.4 Estrutura da União Europeia após Tratado de Lisboa

A União Europeia tem um quadro institucional único e o seu sistema de tomada de decisões está sempre em evolução. As suas setes instituições e sete organismos da UE, e as mais de 30 agências descentralizadas por toda a UE, trabalham em conjunto para que possam discutir temas em comunas da União Europeia e dos cidadãos europeus. Existem mais de 20 agências e organizações da UE que desempenham funções jurídicas específicas (União Europeia, 2019).

Ao todo existem quatro principais instituições de decisão que conduzem a administração da UE. As instituições permitem de maneira coletiva à UE orientações políticas e são capazes de desempenhar diferentes papéis no processo legislativo, sendo elas: o Parlamento Europeu; Conselho Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia (União Europeia, 2019).

Conforme Costa (2017), a Comissão Europeia é a instituição central da comunidade, permanece como a principal interlocutora dos governos e de grupos especiais de interesse. Ademais, a Comissão como órgão político opera com bases nos princípios da colegialidade, as decisões importantes são tomadas por todos os membros e não individualmente. De acordo com Guimarães (2017), mesmo depois do Tratado de Lisboa, a Comissão e o conselho ainda possuem semelhanças com o passado, Guimarães (2017, p.28) diz:

Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, cerca de 50 anos após a celebração do Tratado de Roma, que instituiu a CEE, a função da Comissão e do Conselho atuais ainda guardam grande semelhança com seus sócios passados. O Conselho continua gozando de grande autoridade no processo decisório dentro do bloco, sobretudo quando a negociação de tratados internacionais está envolvida.

A Comissão Europeia também tem a competência para executar a política ambiental da União Europeia, uma das mais avançadas e ativas do mundo (Pereira, 2021). A Comissão Europeia tem o Apoio da Agência Europeia do Ambiente, com sede em Copenhague, é o organismo da União Europeia responsável por fornecer informações e dados atuais sobre a matéria ambiental (Pereira, 2021).

No órgão administrativo cada diretoria geral é encarregada de uma área que seja específica e controlada por um diretor geral, o qual irá se reportar a um comissário. Na iniciativa legislativa, exerce quase um monopólio na área e tem como parte de sua missão desenvolver propostas legislativas. Em suas políticas comuns, a sua iniciativa vai ser exclusiva. A política externa e de segurança comum a comissão compartilha a sua iniciativa com os Estados membros (Costa, 2017).

O Conselho é formado pelos representantes dos Estados membros em nível ministerial. A presidência no conselho é revezada entre os governos de cada Estado membro, com uma duração de seis meses. Outro ponto, é que a secretária-geral tem como foco o de garantir a operação correta do conselho, conforme Costa (2017).

É por meio do Conselho Europeu que será definida a direção geral da UE e as suas prioridades, as decisões são tomadas apenas por consenso (Costa, 2017). O órgão de controle vai supervisionar os processos de tomadas de decisões para serem efetivos. Os principais órgãos de controle são o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas (Costa, 2017).

O Conselho Europeu atual da União Europeia surge por meio de uma ideia do então Presidente francês, Charles de Gaulle em 1960, para organizar as cúpulas anuais dos presidentes dos países membros da CEE. Entretanto, foi com a iniciativa do Presidente Valéry Giscard d'Estaing em 1974, que as reuniões passam a ocorrer regularmente (Kiljunen, 2004).

O Parlamento Europeu é único órgão que é formado pelo voto universal dos cidadãos dos Estados- Membros. Nos poderes no Parlamento, tem-se a competência para eleger o presidente da Comissão Europeia e para interferir nos acordos internacionais firmados pela UE, analisa o orçamento e as prestações de contas de múltiplas instituições da União Europeia (Pereira, 2021).

O Tratado de Lisboa (2009) foi responsável por marcar uma das grandes reformas da UE, na sua estrutura institucional e nas regras do processo de decisão do bloco. A União Europeia tem um nível de coordenação e cooperação que pode ser considerado invejável entre seus Estados-membros nas diversas matérias, atua no campo político, econômico, social, comercial, cultural e outros (Guimarães, 2017).

Por fim, o direito da União Europeia é composto por Tratados, a legislação primária e por instrumentos adotados por instituições da UE, após organizações dos tratados, legislação secundária (Costa, 2017). Com base no acordo das disposições do Tratado de Lisboa, a maioria das políticas da UE é adotada por meio do método comunitário, sendo o principal método de tomada de decisões da UE, conforme Costa (2017).

## **2.5 As Linhas da Política Externa da União Europeia: mecanismos e objetivos**

Na década de 1980, os interesses e necessidades dos europeus eram mais fortes, nos Estados individualmente e nos marcos coletivos de Estado. Nesse cenário, a Comunidade Europeia destaca-se como um ator internacional (Saraiva, 2004).

Após a queda do Muro de Berlim e a nova estrutura no cenário europeu e internacional no período de 1990, as questões que envolvem a segurança e política externa tornam-se foco de atenção e discussão entre os Estados-membros. Por meio do Tratado de União Europeia (TUE), a União Europeia amplia a sua participação externa, sem adotar grandes modificações (Saraiva, 2004).

Ademais, com o desenvolvimento da Cooperação Política Europeia (CPE), a PESC surgiu e foi introduzida no Tratado da União Europeia pelo Tratado de Maastricht, assinado pelos membros da União Europeia em 1992 (Pereira, 2012).

A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia, fora instituída em 1993 através do TUE. O objetivo é de preservar a paz, reforçar a segurança internacional, promoção da cooperação internacional, desenvolver e consolidar a democracia, o Estado de direito e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (União Europeia, 2023). Ademais, conforme Saraiva (2004, p.90):

Em termos institucionais, o início da vigência da PESC aprofundou os vínculos da Comissão com a vertente intergovernamental da política externa. O TUE promoveu uma reforma administrativa nas estruturas do Conselho e da Comissão no que diz respeito aos temas externos, alterando em parte o papel das duas instituições no processo de formulação.

Em 1999, o Conselho Europeu instituiu o cargo de Alto Representante para a PESC, e o Tratado de Nice em 2003 introduziu novas modificações para otimizar o processo de decisão. Desde modo, ficou encarregado ao Comité Político e de Segurança (CPS), instituído em 2001 de exercer o controle político e assumir a direção estratégica de operações de gestão de crises (União Europeia, 2023).

O Tratado de Lisboa (2009) concedeu a União personalidade jurídica e dotou o seu serviço externo de uma estrutura institucional. O Tratado também criou novos intervenientes no domínio da PESC, nomeou o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Outrossim, a base jurídica que havia sido estabelecida no TUE, foi revista no Tratado de Lisboa (União Europeia, 2023).

Diante desse contexto, em um comunicado da Comissão Europeia, em 2019, sobre o Pacto Ecológico foi responsável por redefinir o compromisso da Comissão em enfrentar os desafios climáticos e ambientais. O pacto consiste em uma nova forma de

crescimento, com o foco em transformar a União Europeia em uma sociedade equitativa e próspera (União Europeia, 2019).

O pacto tem como intenção proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE, proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos com relação ao meio ambiente. De acordo com o comunicado da Comissão, essa ambição ambiental do Pacto Ecológico não deve ser realizada por uma Europa isolada (União Europeia, 2019). Conforme o comunicado da Comissão Europeia sobre o pacto ecológico:

O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente. Ao mesmo tempo, esta transição deve ser equitativa e inclusiva. Deve dar prioridade às pessoas e prestar atenção às regiões, às indústrias e aos trabalhadores que enfrentarão os maiores desafios. Tendo em conta as mudanças substanciais que acarretará, esta transição deve contar com a participação ativa e a confiança do público, fatores fundamentais para o êxito e a aceitação das políticas. É necessário um novo pacto que reúna os cidadãos, em toda a sua diversidade, com as autoridades nacionais, regionais e locais, a sociedade civil e a indústria, trabalhando em estreita colaboração com as instituições e os órgãos consultivos da UE (p.2).

A União Europeia deve fazer uso de sua influência internacional, seus conhecimentos e recursos financeiros para mobilizar seus vizinhos e parceiros para assim atingir uma trajetória sustentável. Deste modo, a UE lidera os esforços internacionais e procura construir uma aliança com aqueles que possuem o mesmo interesse. É neste cenário que novos empecilhos no processo de ratificação do acordo de Associação entre a UE-Mercosul surgem (União Europeia, 2019).

## **2.6 Mercosul: uma breve apresentação**

De acordo com Guimarães (2017), o processo para a formação do Mercosul teve seu início marcado com a reaproximação política entre o Brasil e Argentina na década de 1980. As relações entre os dois países estavam paralisadas desde a década de 1960, por conta de discordâncias acerca do aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia da Prata (Guimarães, 2017).

Para Pamplona e Fonseca (2008), um fato importante para a aproximação dos países sul-americanos foi o conjunto da redemocratização de suas sociedades, e foi essencial para formação e manutenção do bloco regional. Em 1990, foi assinado o Tratado de Buenos Aires entre o Brasil e Argentina, voltado para a integração econômica entre os dois países e no ano seguinte o Tratado de Assunção, com a participação do Uruguai e Paraguai, para constituir o Mercosul (Brasil, 2020).

Antes da assinatura do Tratado, no início das negociações entre o Brasil e Argentina, os países vizinhos Uruguai e Paraguai, já estavam desenvolvendo projetos em conjunto com o Brasil e Argentina, com isso foi natural a inclusão dos países vizinhos no processo de integração, constituindo o Mercado Comum do Sul (Guimarães, 2017).

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), foi instituído através do Tratado de Assunção (1991), entre o Brasil, Argentina, Paraguai, a intenção era de criar um mercado comum entre os países no acordo (Brasil, 2020). Ademais, conforme Guimarães (2017, p.15):

No âmbito do Tratado de Assunção, a integração é vista pelos países como meio de promover o desenvolvimento econômico nacional. O aumento da competitividade industrial era fator imperante para uma inserção segura na nova ordem econômica internacional, e o bloco a ser formado representava, ao mesmo tempo, uma maneira de fortalecer o comércio regional e uma blindagem às vicissitudes do comércio internacional. Como é típico da estrutura de um mercado comum, o Mercosul deveria contar com a livre circulação de bens e fatores de produção, bem como com a anulação de qualquer restrição, tarifária ou não tarifária, ao comércio. Além disso, os países concordaram em adotar uma tarifa externa comum, uma política comercial comum em relação a terceiros Estados e assumiram o compromisso de harmonizar suas políticas macroeconômicas em diversos setores, com o objetivo de evitar os desequilíbrios estruturais na concorrência entre os Estados-Partes.

Conforme Pamplona e Fonseca (2008), o Tratado de Assunção tinha como propósito inicial de estabelecer Mercosul até 31 de dezembro de 1994, com algumas implicações. Implicava na eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias das circulações de mercadorias; uma instituição de uma Tarifa Externa Comum (TEC), adotar uma política comercial comum com relação ao resto do mundo; harmonização das legislações entre outros (Pamplona e Fonseca, 2008).

Em 1994, através do Protocolo de Ouro Preto, foi assinado como um complemento ao Tratado de Assunção, responsável pelo reconhecimento jurídico e internacional do Tratado como uma organização (Brasil, 2020). No Protocolo de Ouro Preto, foi estipulado que as decisões do Mercosul, não importa seu tamanho geográfico, econômicas ou demográficas, seriam considerados iguais e as opiniões avaliadas de igual para igual (Guimarães, 2017). Outrossim, de acordo com Guimarães (2017, p.16):

No processo formativo do Mercosul, os Estados-Partes decidiram por conceder ao bloco um formato institucional que permitisse o desenvolvimento flexível da sua estrutura conforme a necessidade de seus membros. Dessa maneira, optou-se pela intergovernabilidade em lugar da supranacionalidade.

Em dezembro de 1994, os países-membros chegaram a um acordo sobre a Tarifa Externa Comum, com o foco de equalizar as alíquotas destes em relação aos terceiros, os quatro países estabeleceram a TEC em janeiro de 1995 (Pamplona e Fonseca, 2008). Ainda de acordo com Pamplona e Fonseca (2008, p.10):

No entanto, devido a diferenças de estrutura e de graus de desenvolvimento industrial entre o Brasil e os demais sócios, os países partícipes defiram, para um período denominado de “fase de convergência”, ou seja, até 2001-2006, listas nacionais de exclusão à TEC, as quais eram compostas, por exemplo, de bens de capital e informática.

Os países membros não atingiram o objetivo de que havia sido estabelecido pelo Tratado de Assunção, instituir o Mercado Comum do Sul até 31 de dezembro de 1994. Isso se deu porque no final de 1994, os quatro países ainda estavam de acordo sobre a TEC e o código aduaneiro comum, entretanto, no final da fase de transição o Mercosul ainda não tinha finalizado os critérios para formar um mercado comum (Pamplona e Fonseca, 2008).

Em um primeiro momento, havia sido estabelecida uma zona de livre comércio, os países membros não tributariam ou restringiriam as importações um do outro. Já em 1995, a zona livre passou a ser união aduaneira, os membros do bloco teriam poder para cobrar as mesmas quotas nos outros países, a tarifa externa comum (Brasil, 2020).

O objetivo principal do Mercosul, é um espaço comum para gerar novas oportunidades comerciais e investimentos diante da integração competitiva das economias nacionais no mercado internacional (Mercosul). Ademais, promove como base da integração os princípios da Democracia e Desenvolvimento Econômico. Apresentam diferentes acordos na área migratória, trabalhista, cultural, social, acordos esses que são importantes para seus habitantes (Mercosul).

### **3 União Europeia e Mercosul, a influência do Brasil e a Parceria Estratégica de 2007**

A expressão de parceria estratégica não é algo novo. O conceito já era utilizado antes de ser adotado nas relações internacionais. As expressões já eram aplicadas em outras áreas como econômica, administração, faz referências às parcerias estabelecidas entre empresas e, também era utilizada como sinônimo de aliança estratégica, conforme Farias (2013, apud Grassi, 2020, p.619).

A diplomacia brasileira faz uso da expressão “parceiros estratégicos” para múltiplos países com os quais preservam relações bilaterais, é criticada pela falta de critério ao empregar o termo nos seus discursos diplomáticos, ainda conforme Lessa e Oliveira (2013, apud Grassi, 2020, p.619), não podem ser todos prioridades.

Segundo Silva (2011), a parceria estratégica, reflete interesses comuns para instituir uma cooperação empenhada na promoção da paz, o respeito pela democracia, direitos humanos e pelo Estado democrático de Direito. Tal colaboração bilateral proporciona aos seus parceiros a formação de uma liderança positiva e instâncias multilaterais, regionais e globais. Outrossim, conforme Gomes (2018), a parceria consiste em um comprometimento de ambos, União Europeia e o Brasil, a respeito do fortalecimento do diálogo sobre as políticas setoriais, matérias de transporte marítimo, ciência da tecnologia e outros.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), realizou um estudo esse ano (2023), apontou que com a eliminação tarifária gerada pela possível entrada em vigor do acordo entre os blocos, Mercosul e União Europeia, irá abrir novas oportunidades para as empresas brasileiras, tais como máquinas equipamentos, produtos químicos e artigos manufaturados.

Diante do contexto, o capítulo 3 aborda a Parceria Estratégica de 2007, realizada na primeira Cúpula em Lisboa, quando a presidência do conselho era portuguesa. As cúpulas são organizadas anualmente, tendo como foco fortalecer os diálogos políticos e de cooperação entre o Brasil e a UE.

#### **3.1 Interações entre a União Europeia e o Brasil: parceiros ou rivais?**

No ano de 1954, o Brasil recebe a notícia do nascimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE), influenciada pela Benalux. Para Carlos Lessa (2009), o medo da nação era de ser afetada por prejuízos financeiros decorrentes de um possível decréscimo no nível das exportações de produtos agrícolas como o café e o cacau, em favor de acordos financeiros entre a parte Europeia e os países africanos.

Deste modo, a formação da CEE foi responsável por abrir uma fratura das relações bilaterais comerciais, por conta dos conflitos em matéria de acesso ao mercado europeu e barreiras tarifárias. Essas disputas se materializaram em um contencioso no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT) (Silva, 2011).

Conforme Silva (2011), o primeiro acordo de cooperação comercial bilateral entre a República Federativa do Brasil e a antiga CEE foi realizado em 1973, entrando em vigor em janeiro de 1974. Sendo um acordo de primeira geração, com base no artigo 113 do Tratado da Comunidade Europeia, o qual estabelecia relações de caráter comerciais, com caráter não preferencial, isto é, não era responsável por garantir quaisquer vantagens senão as decorrentes do GATT.

A relação nos períodos de 1980 a 1987 foram em sua maioria superficiais. Por conta de crises financeiras que assolavam o Brasil, ao processo de distensão democrática e diminuição de importações brasileiras, o que criou um clima de incertezas sobre o futuro da economia nacional. Com a entrada do Ato Único Europeu em 1986, assinalou uma nova fase para a cooperação bilateral. No final da década de 1980, a ex-CEE transformou-se no principal parceiro comercial do Brasil (Silva, 2011).

### **3.2 Os Acordos e as Comissões entre Mercosul e União Europeia (1990 – 2019): a influência do Brasil**

Os blocos regionais, Mercosul e a União Europeia possuem diferentes níveis de institucionalização e desenvolvimento. Além disto, em seus Estados-Membros, há os que estão entre as maiores economias do mundo e os que possuem um mercado de menor peso relativo (Guimarães, 2017).

Para Carlos Lessa (2009), no início da década de 1990 em um quadro amplo de desenvolvimento das experiências de integração na América do Sul, o foco da União Europeia é voltado para estabelecer uma agenda de cooperação com o Mercosul. Outrossim, o Mercosul em 1991 foi essencial para redirecionar as relações da Europa comunitária com a América Latina.

De acordo com Guimarães (2017), a aproximação entre os dois blocos de início apresentou características paradoxais. Os primeiros contatos ocorreram após a aproximação com o Mercosul, mas foram devagar na questão de estabelecer acordos preferenciais de comércio e cooperação política (Guimarães, 2017).

O bloco sul-americano surgiu como o maior parceiro comercial e principal destino dos investimentos europeus na região (Lessa, 2009). Deste modo, o Acordo Quadro de 1992 teve como objetivo preparar as condições para uma associação inter-regional entre a UE e o Mercosul (União Europeia, 2020).

Ademais, O Mercosul representa um grande consumidor no mercado de produtos e serviços oriundos da Europa. Além disso, o Mercosul é o oitavo maior parceiro comercial extra regional da UE (Brasil, 2019). Já o Brasil é o décimo segundo maior parceiro comercial da UE (União Europeia, 2019)

As iniciativas para a integração comercial entre o Mercosul e União Europeia foram iniciadas em 1995, com o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação, que entrou em vigor em 1999 no âmbito do Mercosul (Thorstens, et al., 2013). O Acordo de Associação é diferente dos outros acordos comerciais por conta de seu foco na concertação política e por estabelecer esferas de cooperação, apesar de prolongar suas negociações permite um ganho maior para os seus membros (Guimarães, 2017).

O Acordo Quadro de Cooperação celebrado em 29 de junho de 1992, entre a Comunidade Europeia e a República Federativa do Brasil. Em maio de 1995 em Paris, os chanceleres do Mercosul e União Europeia estavam reunidos com a intenção de assinar o acordo quadro no segundo semestre de 1995 (Savini, 2001). Entrou em vigor somente em 1º de novembro de 1995.

O acordo orientou-se com base nos princípios democráticos e nos direitos fundamentais, com o objetivo de aprofundar as relações entre o Brasil e União Europeia, além de preestabelecer as condições para criação da associação inter-regional entre a UE e o Mercosul. Ademais, tem o objetivo de fortalecer as relações recíprocas e predeterminar as condições para a criação de uma associação inter-regional de cunho político e econômico (Savini, 2001).

No dia primeiro de julho, a Declaração Conjunta Mercosul/UE é aprovada às margens da Cimeira do Rio. Ela prevê o início de negociações em novembro de 1999. Por insistência europeia, ela não menciona nem data de conclusão (ao contraste com a Alca) nem a expressão, “área de livre comércio”, substituída por “liberalização progressiva”. Estabelece ainda que as negociações da União Europeia com o Mercosul e com o Chile acontecerão em separado (SAVINI, p.115).

As reuniões de lançamento ocorreram na cidade de Bruxelas, em novembro de 1999. Ambas as partes não chegaram a um acordo sobre o início das discussões acerca das barreiras tarifárias. Entretanto, foram estabelecidos um cronograma e a estrutura das conversações, sendo: um Comitê de Negociações Bi regional, a qual ocorre três reuniões anuais, um Subcomitê de Cooperação com pelo menos uma reunião anual, Grupos de Trabalho, ocorrem reuniões paralelas ao do Comitê, e por fim secretariados (Savini, 2001).

Ademais, em fevereiro de 2000 ocorreu uma reunião de chanceleres na cidade de Vilamoura em Portugal, tem-se assim uma nova disposição política às negociações. A presidência portuguesa do Conselho Europeu defende a inclusão dos temas ambientais e trabalhistas (Savini, 2001).

O acordo engloba os setores comerciais, econômicos e de cooperação, assim como outros ramos que sejam de interesse de ambos. Deste modo, a relação entre ambos é com base no Acordo-Quadro de Cooperação CE-Brasil (1992), Acordo-Quadro de Cooperação UE-Mercosul (1995) e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2004). O quadro 1 mostra uma linha do tempo:

Quadro 1- Linha do Tempo UE- Mercosul

<b>Anos</b>	<b>Acontecimentos</b>
1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre BR e a Comunidade Europeia
1962	Assinatura do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre o Conselho do Mercado Comum e a Comissão Europeia
1992	Assinatura do Acordo Quadro de Cooperação entre Brasil e União Europeia
1995	Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul- União Europeia
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia
2004	Primeira Oferta do Acordo
2006	Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia
2007	Primeira Cúpula BR e EU em Lisboa. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE.
2008	I Plano de Ação Conjunta Brasil- União Europeia (2008-2011)
2009	III Cúpula BR- EU em Estocolmo
2010	IV Cúpula Brasil-UE. Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu e do Presidente da Comissão Europeia.
2010	Negociações são retomadas em Madri
2011	V Cúpula Brasil-UE, Bruxelas

2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014)
2012	Segunda fase de negociações
2013	VI Cúpula BR- EU, Brasília. Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu e do Presidente da Comissão Europeia
2014	VII Cúpula Brasil-UE, Bruxelas
2016	Blocos trocam ofertas de acesso aos mercados de bens, serviços e compras governamentais.
2017	Mercosul faz nova oferta
2019	Assinatura do Acordo UE-Mercosul

**Fonte:** adaptado com bases no texto de Oliver Costa (2017) e EEAS (2016).

Entre os empenhos do Brasil no cenário internacional, vale citar que em 2003 o Brasil durante a Conferência da Organização Mundial do Comércio em Cancun, buscou a liderança dos países emergentes. O Brasil também chamou atenção no seu crescimento de liderança, principalmente na sua participação na Missão de Paz no Haiti (2004-2017) (Lessa, 2009). Ademais, as dificuldades nas negociações entre UE-Mercosul, o qual Brasil tem um papel de liderança, também fez parte de um importante ingrediente que ocasionou o lançamento da parceria estratégica.

A partir de 2007, o ritmo das negociações alterou as relações e ganhou um novo impulso, quando a União Europeia propôs o lançamento de uma parceria estratégica com o Brasil, com o foco em aprofundar os laços entre as duas partes. De acordo com Silva (2011), às parcerias estratégicas da União Europeia são resultadas de sua origem paralela à formatação da política externa comunitária e denotam o aprofundamento da integração regional.

O instrumento diplomático procura firmar os laços especiais com potências globais. Visa à promoção conjunta do multilateralismo, tratamento dos principais temas da agenda internacional e à realização de interesses de índole bilateral (Silva, 2011).

Conforme Silva (2011), a elevação do Brasil ao posto de parceiro estratégico prioritário, representou o reconhecimento da União Europeia do papel protagonista que o Brasil exerceu e da sua transformação em uma potência de primeira ordem.

### **3.3 Os processos para a construção da Parceria Estratégica entre Brasil e União Europeia de 2007 até 2023**

A Comissão Europeia reconhecia a importância de um diálogo próximo com o Brasil, como resultados motivaram a realização da primeira Cúpula entre o Brasil e a União Europeia, em Lisboa em julho de 2007 (Lessa, 2009). O termo de parceria estratégica é usado de forma pouco rigorosa no jargão e nos documentos da União Europeia (Barthemes, 2008 apud Lessa, 2009, p.2).

Ademais, para Lessa (2009), o adjetivo “estratégico” não é obrigatório dos instrumentos constituintes dos processos, só foi começar a ser usado de maneira correta pelos organismos de Bruxelas a partir de 2001. Lessa (2009), diz que após isso a União Europeia passou a denominar alguns de seus diálogos qualificados que eram mantidos com países importantes como “estratégicos”, os primeiros a serem constituídos com tal termo foram às parcerias com a Índia em 2004, e com o Brasil em 2007.

Deste modo, as primeiras citações recorrentes a esse tipo de parceria estão datadas do ano de 2001, quando os sócios foram classificados como estratégicos, com foco nas relevantes relações pré-existentes e que passaram a ser vistas como prioridades para a política externa da UE (Silva, 2011)

O Brasil, em 2003, durante a Conferência da Organização Mundial do Comércio em Cancun, buscou a liderança dos países emergentes e chamou atenção no seu crescimento de liderança, principalmente na sua participação na Missão de Paz no Haiti. Com essa liderança Lessa diz que:

O crescimento do perfil internacional do Brasil ao longo dos últimos anos decorrente dessas dinâmicas, ao lado do cansaço da fórmula de diálogo empregada pela União Europeia com a América Latina-Caribe (a assimetria entre os processos de integração, o desnível das correntes de comércio, a heterogeneidade política e econômica dos atores latino-americanos) e do estancamento das negociações com o Mercosul, levaram Bruxelas a abandonar o seu modelo de cooperação tradicional com a região. Assim, ao final de 2005, a União Europeia decidiu, na reavaliação do conjunto das suas relações com a América Latina, passar a privilegiar o Brasil como país-chave da região (LESSA, 2009, p.6).

Outrossim, para Silva (2011), as parcerias estratégicas da União Europeia são resultadas da sua origem paralela à formatação da política externa comunitário. Denotam um aprofundamento da integração regional. O instrumento diplomático procura firmar os laços especiais com potências globais, visa à promoção conjunta do multilateralismo, tratamento dos principais temas da agenda internacional e à realização de interesses de índole bilateral. Acerca da parceria estratégica conforme Lessa:

O conceito de "parceria estratégica" como desenvolvida na experiência internacional recente da União Europeia é particularmente útil para que se possa pôr em perspectiva a agenda bilateral Brasil-UE que está em

construção e tem consequências indiretas sobre as condições de visibilidade internacional do Brasil (Lessa, 2009, p.7).

Tanto o Brasil quanto a União Europeia, visam o desenvolvimento sustentável e procuram defender a integração regional como forma de garantir a prosperidade e a paz. Como já citado no texto, a procura do crescimento econômico elevado e o nível de justiça social, fez com que o Brasil fosse um aliado essencial da UE para fazer frente aos desafios da sociedade internacional (Silva, 2011).

Ademais, para Silva (2011), às dificuldades encontradas na condução da negociação entre UE-Mercosul, o Brasil assume papel de líder, a ação foi um elemento importante que ocasionou o lançamento da parceria estratégica. Entre essas dificuldades, tem-se a parceria brasileira com a União Europeia, a mesma não foi bem vista pelos países membros do Mercosul, os mesmos temiam que o bloco poderia sofrer um enfraquecimento e os interesses brasileiros teriam uma maior atenção.

Para o Brasil, Lazarou e Fonseca (2013, apud Gomes, 2018, p.2) essa parceria representou uma maneira de aumentar sua potência na projeção internacional, em quesito de poder no sistema internacional e representou uma alternativa na sua relação com os EUA, o que lhe permitiu ter um diálogo com outro ator de alcance global.

Outrossim, para o Brasil representou uma maneira de projetar o seu protagonismo internacional, enquanto a UE procurava mais um sócio econômico emergente que fosse capaz de ajudar na recuperação da economia (Patrício, 2009 apud Gomes 2018, p.3).

O Brasil é responsável por desempenhar um papel decisivo para o sucesso das negociações UE-Mercosul, um objetivo prioritário da UE. Definir uma agenda comum, uma relação estreita e forte é do interesse de ambos. A cooperação pode ser mais vantajosa para as duas e constituir o núcleo de uma futura parceria estratégica (União Europeia, 2007).

O Brasil foi um parceiro fundamental da UE na campanha por uma ação internacional para combater as alterações climáticas e travar a diminuição da biodiversidade. Em 2005, o Brasil representava 80% do PIB total do Mercosul, o motor da economia na América do Sul, e condução política econômica vai ter uma influência na estabilidade e integração econômica de toda a região (União Europeia, 2007).

A Cimeira de Lisboa (2007) foi responsável pelo lançamento do processo que permitiu a UE e o Brasil desenvolverem uma agenda conjunta para a parceria estratégica. Partilham de interesses comuns, como a promoção e proteção dos direitos

humanos, reforço da democracia, do Estado de Direito e da Governação e interesse da Comissão em explorar vias para a cooperação triangular com o Brasil e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP) (União Europeia, 2007).

Foi oficialmente definida a parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia durante a primeira reunião da Cúpula em Lisboa, ocorrida em julho de 2007. Após isso, fora estabelecido um sistema de Reuniões de Cúpulas anuais de alto nível de interlocução, sendo conduzidas pelos presidentes do Brasil, do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia (Silva, 2011).

Na primeira Cúpula em Lisboa, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, encontravam-se presente. Neste primeiro momento, foram abordados temas sobre as mudanças climáticas, o desenvolvimento sustentável, a liberação do comércio e a facilitação dos fluxos de investimento, também foi apresentado a importância do fortalecimento entre ambos para suas sociedades (Pereira, *et al.*, 2016).

Outrossim, a parceria, Silva (2011) teve como temas centrais os seguintes pontos: a paz, multilateralismo, alterações climáticas, as energias renováveis, luta contra a pobreza, a integração regional, cooperação nas áreas da ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento sustentável e estabilidade na América Latina.

Ademais, diante do cenário de 10 anos da Parceria Estratégica vale ressaltar as algumas das cúpulas que ocorreram nesse período. Assim como, as mudanças com entrada do Tratado de Lisboa em 2009.

A terceira Cúpula em outubro de 2009 em Estocolmo, ocorreu dois meses antes do Tratado de Lisboa (1 de dezembro) no decurso da presidência sueca do Conselho Europeu com o primeiro-ministro Frederik Reinfeldt. Entre os temas abordados teve a cooperação tecnológica industrial, alta tecnologia, integração regional, discussão sobre a tributação e a diminuição das taxas de importação e exportação, acordos de proteção ambiental (Pereira, *et al.*, 2016).

Em uma entrevista de 2016, com uma diplomata portuguesa depois da introdução do Tratado de Lisboa, as presidências deixam de exercer um papel nas cúpulas. Ademais, após o Tratado, as cúpulas passam a ocorrer somente em Bruxelas e Brasília, em modos alternados (Pereira, *et al.*, 2016).

No ano de 2013, mais especificamente 24 de janeiro ocorreu a sexta cúpula Brasil-União Europeia, a então presidente Dilma Rousseff esteve acompanhada por outros atores importantes, como o Ministro das Relações Exteriores, embaixador

Antônio Patriota e outros. Diante da crise internacional da época, em uma declaração para a imprensa Dilma expressou que o ano de 2013 representaria uma situação melhor no cenário internacional.

Também ressaltou a importância de estratégias de desenvolvimento, que fosse dar destaque para a competitividade. Na época quem regia a União Europeia, era Irlanda e ela teve pouca presença e atuação durante o encontro (Pereira, *et al.*, 2016).

A sétima cúpula, ocorreu em Bruxelas em 24 de fevereiro de 2014. A intenção era a discussão sobre três pontos importantes para a cooperação do Brasil e União Europeia: o emprego e crescimento econômico, desafios globais e política externa e de segurança (Pereira, *et al.*, 2016).

### **3.4 Acordo de Associação entre o Mercosul e União Europeia em progresso: as negociações em diferentes fases**

Entre os anos 2000-2004, ocorreu a primeira fase das negociações, por meio de elaborações de textos negociadores e a troca de ofertas nos compromissos tarifários (2001 e 2004). As partes- Mercosul e União Europeia- consideraram insatisfatórias as ofertas de acesso a bens. Em 2010, houve o relançamento das negociações bi regionais em Madri (Brasil, 2019).

Os textos negociados e realizados na primeira fase eram sobre troca de ofertas dos compromissos tarifários, não satisfizer nenhum dos dois blocos. A insatisfação seria por conta do protecionismo agrícola da UE e o Mercosul tinha uma certa resistência em liberar o setor manufatureiro dos serviços e de compras públicas (Sanahuja; Rodriguez, 2019 apud Salgado; Bressan, 2020).

As estagnações dos fóruns multilaterais eram prejudiciais para o progresso das negociações entre os dois blocos, pois havia uma implicância com a não abordagem do tema mais importante para o lado sul-americano: um parecer acerca das concessões e subsídios no setor agrícola (Menezes, *et al.*, 2019). Ademais, esse impasse na esfera multilateral iria influenciar a Comissão Europeia a buscar novas oportunidades comerciais, por meio de iniciativas de associações bilaterais (Menezes, *et al.*, 2019).

A segunda fase ocorreu entre 2010-2012, as negociações foram retomadas na cúpula de Madri, com os efeitos da crise de 2008, causou a aproximação dos dois blocos com o foco em superar a crise através da liberalização de novos mercados (Salgado;

Bressan, 2020), houve um progresso nos textos negociadores, entretanto não houve uma troca de ofertas.

Ocorre um novo impulso para o acordo em dezembro de 2013. Teve o Brasil tomando iniciativa de reunir as ofertas individuais dos países membros do Mercosul, com a intenção de estabelecer uma posição comum (Menezes, *et al.*, 2019). Outrossim, “no início do ano de 2014, observa-se novo ânimo e mobilização especialmente por parte do executivo brasileiro. A então presidente Dilma Rousseff declarou, em fevereiro daquele ano, após a 7ª Cúpula Brasil – UE, em Bruxelas, que –o desfecho do Acordo entre os dois blocos “estava próximo” (Menezes, *et al.*, 2019).

A terceira fase fora realizada entre 2016-2019, em maio de 2016 as partes intercambiaram as ofertas de acesso aos mercados de bens, serviços e compras governamentais (Brasil, 2019).

A nova troca de ofertas ocorreu em 2017 pelo Mercosul e em janeiro de 2018 teve uma nova oferta da União Europeia. Entre 2016-2019, foram negociados textos de maior complexidade temática, refletiam o estado da arte dos acordos comerciais (Brasil, 2019). Em 28 de junho de 2019, os ministros do Mercosul e os comissários da UE anunciaram em Bruxelas, a conclusão da parte comercial do Acordo de Associação Mercosul-EU.

### **3.5 Os 10 anos da Parceria Estratégica 2007: o caminho percorrido**

Em julho de 2017, foi celebrado os 10 anos da parceria estratégica Brasil- União Europeia, estabelecida pela declaração de Lisboa. Em uma década, os investimentos expandiram para ambos, na época a UE era o maior investidor no Brasil e o Brasil o quinto maior investidor na União Europeia (União Europeia, 2017).

As trocas entre o Brasil-UE ultrapassaram os US\$ 30 bilhões de janeiro a junho de 2017, as exportações brasileiras de US\$ 16,85 bilhões e importações de US\$ 15 bilhões (União Europeia, 2017).

A relação comercial entre o Brasil estende-se por um longo período, com o destaque para o intercâmbio econômico entre 2006 e 2015, o que demonstra uma forte interdependência econômica, conforme um estudo realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos em 2017. A mesma suporta cerca de 30 setores da economia brasileira com mercados prioritários em países do bloco europeu.

Objetivo do estudo é de promover o desenvolvimento da economia dos dois lados pela inovação, sustentabilidade ambiental e criação de empregos (Brasil, 2017).

Poucos sabem que o Brasil é o terceiro principal destino dos atuais fluxos mundiais de IED (Investimento Estrangeiro Direto) da UE, e a União Europeia é de longe, o principal investidor estrangeiro no Brasil. De acordo com as estatísticas brasileiras, além da posição mais importante no IED, a União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil para bens, com 20% do fluxo comercial, a qual teve a UE como origem ou destino principal em 2016 (Brasil, 2017).

No período de 2006-2015, estima-se que a FDI da União Europeia gerou mais de 278 mil empregos na economia brasileira. A pesquisa mostra que a especialização tecnológica europeia no mercado brasileiro é altamente concentrada em cinco setores principais, os quais respondem por quase 44% do total de empresas, sendo elas: “Veículos e peças”, “Química e petroquímica”, “Metalurgia e mineração”, “Transporte e logística” e “Serviços especializados” (Brasil, 2017).

Em relação aos países do BRICS, estoque de IED brasileiro na União Europeia foi 1,1 vezes maior que a da China, 2,1 vezes maior que a da Rússia, 8,5 vezes maior que a da África do Sul e 10,5 vezes maior que a da Índia (Brasil, 2017). Cerca de 63% do IED produtos brasileiros anunciados na União Europeia entre 2005-2015 era concentrado em atividade manufaturadas. O Brasil se destaca como o maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) da União Europeia em países da América Latina, com quase metade de ações da região, conforme a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

Em termos regionais, o valor de ativos europeus no Brasil é mais que o dobro comparado ao México, e aproximadamente 8 vezes mais alto que o Chile e Argentina, quase 13 vezes a mais que Venezuela. Por mais que os outros sejam mais atrativos para o capital europeu, ainda não se comparam com a economia brasileira em FDI. Fora da União Europeia, somente EUA e Suíça tem ativos FDI maiores da UE e ações que o Brasil. Deste modo, significa como o destino principal entre os países do BRICS (Brasil, 2017).

Conforme a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, entre 2006 e 2015, 21 de 27 membros da UE anunciaram investimentos e projetos de área verde no Brasil. Os países com maiores produtividade em investimentos anunciados no Brasil foram Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e França. De 2006 para 2015, o Brasil foi o quinto maior destino de investimento em áreas verde da UE em

temor de valores de projetos, mesmo sendo o decimo em número de projetos (Brasil, 2017).

Brasil também tem como destaque quando comparado a economia do BRICS, apresenta o maior ativos de FDI e ações na União Europeia, período de 2015. As 15 empresas brasileiras que anunciaram um maior investimento na União Europeia entre os anos de 2005 e 2015. Juntas somam mais de 80% do total anunciado (Brasil, 2017).

Em 2021, entre as principais áreas de cooperação da União Europeia com o Brasil, estão voltadas para dimensão externa do Acordo Verde e estratégias de Transformação Digital. Entretanto, o investimento da União Europeia não está voltado para cooperação bilateral de desenvolvimento do Brasil, mas contribui para as atividades em apoio às políticas nacionais brasileiras, através de programas regionais (União Europeia, 2021).

Ademais, entre 2014 e 2020, a União Europeia disponibilizou cerca de 805 milhões de euros para a cooperação regional com a América Latina. A distribuição ocorreu da seguinte forma: 163 milhões foram destinados ao ensino superior no âmbito do Erasmus+; 300 milhões de euros reservados para a sustentabilidade ambiental e alterações climáticas; 215 milhões de euros voltados para projetos de sustentabilidade e o crescimento inclusivo para desenvolvimento humano; 42 milhões para apoiar a boa governança, à responsabilização e iniciativas de igualdade social; 70 milhões para projetos de segurança e desenvolvimento e 15 milhões para medidas de apoio União Europeia, 2021.

Tabela 1 Exportações e Importações- UE

<b>PERÍODO</b>	<b>IMPORTAÇÃO VALOR FOB</b>	<b>EXPORTAÇÃO VALOR FOB</b>	<b>SALDO</b>
2012	US\$ 44,2 Bilhões	US\$ 43 Bilhões	US\$ -1,23 Bilhões
2013	US\$ 47,1 Bilhões	US\$ 39,7 Bilhões	US\$ -7,4 Bilhões
2014	US\$ 42,5 Bilhões	US\$ 36,2 Bilhões	US\$ -7,3 Bilhões
2015	US\$ 33,8 Bilhões	US\$ 28,8 Bilhões	US\$ -5 Bilhões
2016	US\$ 28,8 Bilhões	US\$ 27,1 Bilhões	US\$ -1,64 Bilhões
2017	US\$ 31,9 Bilhões	US\$ 30,2 Bilhões	US\$ -1,66 Bilhões
2018	US\$ 35,6 Bilhões	US\$ 34,3 Bilhões	US\$ -1,35 Bilhões
2019	US\$ 34,9 Bilhões	US\$ 30 Bilhões	US\$ -5 Bilhões
2020	US\$ 30,3 Bilhões	US\$ 27,6 Bilhões	US\$ -2,7 Bilhões
2021	US\$ 38,3 Bilhões	US\$ 36,5 Bilhões	US\$ -1,73 Bilhões
2022	US\$ 44,3 Bilhões	US\$ 50,9 Bilhões	US\$ 6,6 Bilhões

**Fonte:** autoria própria com base dos dados da ComexVis (2023)

Conforme a tabela 1 é possível fazer uma análise das variações que ocorreram entre os períodos de 2012 a 2022. A partir de 2014 começa a ter uma queda na exportação e importação com relação ao ano anterior, a exportação de 2014 com relação ao ano de 2013 tem uma variação de US\$ -3,6 bilhões. Entre 2015 e 2020, ocorreram várias oscilações de valores tanto na importação, quanto na exportação, por exemplo, em 2019 na exportação tem-se uma variação de US\$ -4,3 bilhões referentes ao ano anterior.

Os valores nas importações e exportações aumentam em 2021. As exportações com bases nos dados de 2020 teve uma variação de US\$ 8,9 bilhões em 2021, já nas importações foi de US\$ 7,9 bilhões. Em 2022 em relação ao ano anterior, as exportações tiveram uma variação de US\$ 14,4 bilhões, nas importações foi de US\$ 6 bilhões. Logo abaixo é apresentada uma balança comercial no ano de 2022 e 2023 respectivamente:

Figura 3- Balança Comercial 2022



**Fonte:** ComexVis (2023)

Figura 4- Balança Comercial 2023



**Fonte:** ComexVis (2023)

De acordo com a balança comercial, percebe-se que houve uma queda nas exportações, em 2022 o valor das exportações era de US\$ 50,9 bilhões já em 2023 caiu

para US\$ 34,2 bilhões, uma variação de US\$ 16,7 bilhões. Os presentes dados são em referência ao mês de setembro de 2023.

## **4 Os avanços e oportunidades do processo de ratificação do Acordo Mercosul e União Europeia**

O acordo internacional é um documento em que um Estado ou organizações internacionais assumem obrigações e direitos no âmbito do direito internacional. Os acordos são meios para estabelecer regras concretas para uma parceria em setores específicos (Brasil, 2019).

Deste modo, o acordo alcançado garante os objetivos dos países do Mercosul, como uma melhor condição de acesso aos serviços de bens para as exportações, preservação de ferramentas para desenvolver indústrias em áreas intelectual, compras públicas e para a defesa comercial (Mercosul, 2019).

O acordo foi resultado de diálogos, coordenação e compreensão entre os países do Mercosul, entre os governos e o setor privado. Fortaleceu internamente o Mercosul-consolidou e ampliou sua agenda na inserção internacional (Mercosul, 2019).

### **4.1 O Acordo de Associação entre os blocos- Mercosul e União Europeia (1992 – 2023)**

O Acordo de Livre Comércio Mercosul-UE é responsável por inaugurar uma nova política comercial do Brasil, o governo irá promover uma maior interdependência entre importações, exportações e investimentos diretos com maior destaque para as empresas e maior bem-estar para as famílias brasileiras (Brasil, 2019). Portanto, o acordo aborda tanto os temas tarifários quanto os de natureza regulatória, tal como os de serviços, comprar governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual (Brasil, 2019).

O Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia é baseado em três pilares: o diálogo político, cooperação e livre comércio. O pilar comercial é composto pelos seguintes anexos: regras de origem, acesso tarifário ao mercado de bens, defesa comercial e concorrência, serviços e estabelecimentos, compras governamentais e outros (Brasil, 2019). Os pilares político e de cooperação, foram finalizados em 2020, entretanto, os documentos não foram disponibilizados ao público (Caetano, 2022). Possuem alguns temas, tais como o acesso tarifário, defesa comercial, defesa de concorrência, entre outros. Somados o Mercosul e a UE representam um PIB por volta dos US\$ 20 trilhões, o que é cerca de 25% da economia mundial (Brasil, 2019).

De acordo com as estimativas do Ministério da Economia (2022), o acordo pode representar um incremento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de US\$ 87,5 bilhões e em 15 anos pode chegar a US\$ 125 bilhões. Nesse período, o aumento de investimentos no Brasil será de US\$ 113 bilhões. O comércio entre o Brasil e União Europeia, as exportações brasileiras serão de quase US\$ 100 bilhões e ganhos até o ano de 2035 (Brasil, 2022).

O Ministério da Economia (2019) informou que o Brasil já exportou mais de US\$ 42 bilhões, por volta dos 18% do total exportado pelo país. Outrossim, o Brasil ganha destaque como o maior destino do investimento externo direto (IED) dos países da UE na América Latina.

Previamente ao acordo, somente 24% das exportações brasileiras nas linhas tarifárias entravam livres de tarifas na UE. Por meio do acordo, será possível agilizar e reduzir os custos dos trâmites de importação e exportação de bens, reduzindo assim a burocracia e aumentando a transparência para os operadores econômicos (Brasil, 2019).

Ademais, a União Europeia é o segundo parceiro comercial do Mercosul, e o oitavo principal parceiro extra regional da UE. No ano de 2018 o comércio bi regional ultrapassou mais US\$ 90 bilhões e o Brasil exportou mais de US\$ 42 bilhões para UE. A UE se consagra como o maior investidor estrangeiro no Mercosul. Outrossim, o Brasil é o quarto maior destino de investimento estrangeiro direto (IED) extrabloco da UE (Brasil, 2019).

#### **4.2 As pedras no meio do caminho para a ratificação do acordo: projetos ambientais e direitos humanos**

Mesmo após três anos, o acordo de livre comércio entre o Mercosul e União Europeia segue em revisão. O texto regulamentando em 2019, ainda está em processo de ratificação e enfrenta alguns obstáculos. Entre eles, questões diplomáticas do Brasil com a França e a Alemanha, como os projetos ambientais e os direitos humanos (Salgado; Bressan, 2020)

Em fevereiro de 2023, com a visita do chanceler federal alemão – Olaf Scholz em Brasília, o atual presidente Lula da Silva prometeu a conclusão do acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. Entretanto, como citado possui alguns obstáculos para concluir a ratificação do acordo, entre eles por parte dos setores agrícolas e industriais, por quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e

Uruguai), já na União Europeia os 27 Estados membros podem dificultar a ratificação do texto (Corrêa, 2023).

Em 2019, por conta da política ambiental do ex-presidente Bolsonaro as negociações foram bloqueadas. Entre os países que votaram contra a ratificação estão a Holanda, Áustria e a região da Valônia na Bélgica, temiam que o tratado pudesse ter um efeito negativo no meio ambiente (Corrêa, 2023).

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do governo federal e consultor do Banco Ourinvest, informou que o acordo está na parte de revisão jurídica. Entretanto, já fazem quatro anos e não tem um sinal de avanços. Ao passar pela revisão jurídica, deve ser enviado para a votação do Parlamento Europeu e para os 27 congressos nacionais da UE e pelo legislativo dos quatro países do Mercosul. (Corrêa, 2023).

Outrossim, existem reclamações nos setores agrícolas europeus sobre os industriais sul-americanos. Barral, explicou como no caso europeu os produtores - commodities até carnes- perderiam para os sul-americanos. O acordo também envolve as compras governamentais, prevê a participação dos fornecedores de bens e serviços nas licitações de qualquer país do tratado, apuradas como empresas domésticas (Corrêa, 2023).

Contudo, em um encontro com Olaf Scholz, Lula criticou essa questão. Conforme Lula (2023):

Em um país em desenvolvimento, como o Brasil, compras governamentais são uma forma de você fazer crescer pequenas e médias empresas. Se a gente abre mão disso, a gente está jogando fora a oportunidade das nossas pequenas e médias empresas crescerem.

Todavia, com a inflação causada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, o Mercosul tornou-se mais importante para a Europa, por conta da garantia de energia e alimentos, segundo Welber Barral (Corrêa, 2023).

Em março de 2023, a União Europeia enviou ao Mercosul uma “side letter”, em tradução direta uma carta lateral, são complementos contratuais, é como se fosse um adendo ao texto original, colocou novas condições ambientais para concluir o acordo. Para os europeus o novo documento tem em consideração a sua nova legislação ambiental, impede a importação dos países membros de produtos que foram originados em áreas de degradação ambiental (Martins, 2023).

Outrossim, em setembro de 2023, saíram novas informações sobre o processo de ratificação do acordo. O Itamaraty, em nome do Mercosul apresentou uma resposta para

a União Europeia sobre as demandas do bloco. Entretanto, até o presente momento não se tem acesso ao documento. Vale lembrar, o Brasil é responsável por liderar as negociações pelo Mercosul, isso porque ocupa a presidência rotativa até dezembro de 2023 (Martins, 2023).

Conforme Assis Moreira (2023) no jornal Valor, o Mercosul respondeu as exigências sobre as questões ambientais da União Europeia. O bloco sul-americano, relatou a sua disposição em negociar um instrumento de comércio e desenvolvimento sustentável, os mesmos devem ter em consideração a legislação interna dos países e evitar imposições unilaterais de Bruxelas.

O Mercosul, se opôs as sanções ou insinuações de sanções no acordo e solicitaram um mecanismo de compensação, caso as regulamentações unilaterais da UE reduzirem as concessões realizadas no acordo (Moreira, 2023). Com a resposta, vista de modo positivo pela União Europeia que busca agilizar as negociações finais para finalizar o acordo até dezembro (Moreira, 2023). Vale lembrar, a importância de concluir o acordo antes das eleições do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia no ano seguinte, ambos os blocos estão a par.

Mesmo após enviarem uma resposta para a União Europeia, os negociadores do Mercosul continuam discutindo. Essa discussão se dá por conta de não existir um consenso no bloco sobre como reagir acerca da decisão europeia de reabrir o acordo, realizado em 2019, para banir a importação dos produtos que estão associados ao desmatamento (Sant'Anna, 2023).

O Uruguai é contra a reabertura do acordo, tanto por parte da Europa quanto do Mercosul, deseja que o acordo entre em vigor o mais rápido possível. O Paraguai de início também tinha essa posição, porém acabou mudando de ideia por conta da posição brasileira e argentina, para proteger as comprar governamentais (Sant'Anna, 2023).

Em uma quinta-feira do dia 14 de setembro de 2023, os negociadores do Mercosul estavam presentes em Brasília para uma videoconferência com o negociador chefe da União Europeia, Rupert Schlegelmilch. Entretanto, a reunião não passou de uma conversa, visto que o Mercosul não tem um consenso sobre que responder (Sant'Anna, 2023).

### **4.3 As Oportunidades para as exportações brasileiras através do Acordo de Associação**

De acordo com a Apex (2023), após os 20 anos das negociações, a possibilidade da implementação do acordo vai constituir uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. A população conjunta é cerca de 720 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 19,2 trilhões só em 2021, o que representa um quarto do PIB mundial.

Entre as expectativas sobre o acordo, tem-se a recuperação do espaço brasileiro no mercado europeu, conforme a Apex (2023). Nas últimas décadas, as exportações brasileiras para a União Europeia sofreram algumas oscilações. De acordo com os estudos analisados no período entre 2001 e 2011, ocorreu uma diminuição média anual de 2,8% no valor exportado (Brasil, 2023).

Ocasionou assim, a participação do Brasil no total importado pela União Europeia sofreu uma queda de aproximadamente 2% para 1,5%. Já no ano de 2022, o Brasil exportou US\$ 50,8 bilhões para a União Europeia, verificou-se um aumento de 39,1% em relação a 2021 (Brasil, 2023).

Em conformidade ao estudo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (2023), os setores previstos que terão benefícios com a eliminação tarifária são os que demonstram competitividade e o espaço para o crescimento no mercado europeu. Entre eles, os setores de máquinas e equipamentos, produtos químicos e outros manufaturados.

Entretanto, é preciso considerar a existência de outras oportunidades ocasionadas pela entrada em vigor do Acordo entre Mercosul e União Europeia. Tais como, oportunidades em longo prazo ou concessões obtidas em cotas tarifárias ou não (Brasil, 2023).

## 5 Considerações Finais

A presente pesquisa abordou a relação entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), a parceria estratégica entre o Brasil e a UE. Se e quando entrar em vigor, o acordo comercial entre os mesmos constituirá em uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Em 2019 foram encerradas as negociações comerciais entre a União Europeia e o Mercosul. Além de mostrar os motivos para o acordo ainda estar em processo de ratificação. O acordo entre os mesmos é responsável por constituir umas das maiores áreas de livre comércio do mundo. Ademais, juntas movimentam 25% PIB mundial.

Deste modo, o trabalho procurou trazer uma melhor compreensão sobre a União Europeia e como a mesma se relacionou com o Brasil. Outro ponto, é que fica em evidência a Parceria Estratégica 2007, fez com que as relações entre o Brasil e a União Europeia alcançassem um novo nível, ampliou também novas oportunidades no interesse bilateral.

Diante das negociações internacionais apresentadas, é preciso ter em mente que o acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia dever ser visto sob vários ângulos. Isso se deve pelo fato de estar em uma negociação por mais de 20 anos, tanto os atores internos quanto os externos que participam dos tratados comerciais e político, se alteram ao decorrer do tempo (Menezes, *et al.*,2019).

Após mais de 20 anos dos processos de negociação que foram analisados, em 2019 fora concluído a parte comercial do acordo. Entretanto, o acordo ainda está em processo de ratificação visto que foram apresentados obstáculos na parte ambiental e dos direitos humanos, além das questões diplomáticas com a França e Alemanha.

Portanto, foi feita uma breve análise histórica da União Europeia. O bloco surgiu como uma consequência da Segunda Guerra mundial, com o objetivo de promover a cooperação econômica e a comercialização entre os países. A relação da União Europeia com o Brasil já é histórica, visto que o Brasil foi um dos primeiros a estabelecer relações diplomáticas com o bloco em 1960.

Ademais, o Brasil pode se beneficiar da cooperação com a Europa. Outrossim, pode-se concluir a importância do papel brasileiro no desenvolvimento da parceria estratégica e a relação transatlântica entre os blocos-Mercosul e União Europeia.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luís. **União Europeia: transformações, crises e desafios da integração regional**. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. Niterói: Editora da UFF, p.87-112, 2013.

BCE. **Integração Europeia. Banco Central Europeu (BCE)**. 2014. Disponível em: <[https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei\\_002.pt.htm](https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_002.pt.htm)>. Acesso em: 18.out.2023

BRASIL. **Acordo de associação mercosul-união europeia**: resumo informativo elaborado pelo governo brasileiro. Brasília: Governo Federal, 2019. 25 p. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/2019\\_10\\_24\\_\\_Resumo\\_Acordo\\_Mercosul\\_UE\\_CGNCE.pdf](https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/politica-externa-comercial-e-economica/2019_10_24__Resumo_Acordo_Mercosul_UE_CGNCE.pdf)>. Acesso em:

BRASIL. **Decreto nº 1.721**, de 26 de dezembro de 1995. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1721.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1721.htm)>. Acesso em 11 out.2022.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; SANTOS, Priscilla Camargo. **A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 71-81, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em: 22 out. 2022.

CAETANO, G. **Analysis and foresight of the European Union-Mercosur Association Agreement**. Documentos de Trabajo. Occasional paper FC/EU-LAC. 2022. Disponível em: <[https://eulacfoundation.org/sites/default/files/2022-04/Especial\\_FC\\_EULAC\\_4\\_EN.pdf](https://eulacfoundation.org/sites/default/files/2022-04/Especial_FC_EULAC_4_EN.pdf)>. Acesso em: 23 out.2023.

COMEX STAT. ComexVis. **União Europeia**. 2023. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 22 out.2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Pacto Ecológico Europeu**. 2019. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF)>. Acesso em: 19 set 2023.

CORRÊA, Fábio. **O que falta para concluir o acordo UE-Mercosul**. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/01/o-que-falta-para-concluir-o-acordo-ue-mercosul>>. Acesso em: 19 set.2023.

COSTA, Oliver. **A União Europeia e sua Política Exterior**. Brasília: FUNAG, 2013.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. **Para uma parceria estratégica UE-Brasil**. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=LEGISSUM%3Ar14021>. Acesso em: 9 de nov.2022

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **União Europeia e o Brasil: Relações Estratégicas em Tempos de Mudanças**. 1ª edição. Brasília, 2019. 142p.

Disponível em: <[https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/book\\_miolo\\_-\\_versao\\_final\\_0.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/book_miolo_-_versao_final_0.pdf)>. Acesso em: 09 mar.2023.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **União Europeia e o Brasil- Relações Comerciais**. Disponível em:

<[https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-rela%C3%A7%C3%B5es-comerciais\\_pti?s=191#:~:text=A%20UE%20%C3%A9%20o%20segundo,para%20a%20UE%20\(2020\)](https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-rela%C3%A7%C3%B5es-comerciais_pti?s=191#:~:text=A%20UE%20%C3%A9%20o%20segundo,para%20a%20UE%20(2020))>. Acesso em: 02 fev.2023.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **União Europeia e o Brasil: Relações Comerciais**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r14013>>. Acesso em: 2 fev.2023.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. **A União Europeia e o Brasil**. Disponível em: <[https://www.eeas.europa.eu/brazil/european-union-and-brazil\\_en?s=191](https://www.eeas.europa.eu/brazil/european-union-and-brazil_en?s=191)>. Acesso em 21. out. 2023.

EUROPA-EUR-LEX. **Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado CECA)**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0022>>. Acesso em: 20 out.2023.

EUROPA- EUR-LEX: **resumo legislação da União Europeia**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:r14014>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

EUROPA-EUR-LEX. **Saída do Reino Unido (Brexit) Relações UE-Reino Unido**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/content/news/Brexit-UK-withdrawal-from-the-eu.html?locale=pt>>. Acesso em: 1 nov.2023.

EUROPA-EUR-LEX. **Tratado de Roma-CEE**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0023>>. Acesso em 20 out.2023.

FUCILLE, Alexandre; LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane Nitsch. (2021). **Para além do comércio: Mercosul, democracia e segurança regional**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-217250/112>>. Acesso em: 23 out.2023.

GUIMARÃES, Guilherme Athaides. **O Acordo de Associação Inter-regional entre o Mercosul e a União Europeia: o processo de negociação e suas principais variáveis**. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/55511>>. Acesso em: 15 out.2023.

GOVERNO DO BRASIL. **Mercosul- União Europeia**. Disponível em: <<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>>. Acesso em 20 out.2023.

GOMES, Ana Carolina Nogueira. **A parceria estratégica Brasil-União Europeia: motivações e ganhos (2007-2017)**. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/17685>>. Acesso em: 20 set.2023.

GRASSI, J. M. Parceria estratégica nas Relações Internacionais: aportes teóricos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 8, n. 3, p. 616–650, 2020. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8515>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 4th ed. Boston: Longman, 2012.

KILJUNEN, Kimmo. **The European Constitution in the Making**. Bruxelas: Centre for European Policy Studies, 2004. p. 11-12.

LESSA, Antônio Carlos. **Dos entusiasmos de emergência à singularização do diálogo: as relações Brasil-União Europeia no marco da construção da parceria estratégica**. Paper apresentado no ABRI-ISA Joint International Meeting, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 22/07/2009.

MARTINS, Américo. **Mercosul apresenta resposta às demandas da União Europeia para acordo de livre comércio**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mercosul-apresenta-resposta-as-demandas-da-uniao-europeia-para-acordo-de-livre-comercio/>>. Acesso em 19 set.2023.

MARTINS, Lara. **O que é interdependência complexa**. Disponível em: <<https://www.onao.com.br/post/o-que-%C3%A9-interdepend%C3%Aancia-complexa#:~:text=Interdepend%C3%Aancia%20complexa%20%C3%A9%20a%20depend%C3%Aancia,%C3%A9%20traduzida%20de%20forma%20sim%C3%A9trica>>. Acesso em: 22 out.2022.

MERCOSUR. **Em poucas palavras**. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>>. Acesso em: 21 out. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **União Europeia**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/uniao-europeia>>. Acesso em 10 out. 2022.

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Mercosul e União Europeia firmam acordo de livre comércio**. (2019). Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mercosul-e-uniao-europeia-firmam-acordo-de-livre-comercio-veja-nota-oficial>>. Acesso em: 19 set.2023.

MENEZES, R; PAIVA, S; SANTOS, L. ‘**Agora vai? As negociações do Acordo Mercosul-União Europeia no contexto da nova onda de liberalização radical da economia brasileira**’, in: Espósito Neto, T.; Almeida Prado, H. S. (Orgs.). **União Europeia: visões brasileiras**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MENEZES, R.; PAIVA, S; SANTOS, L. (2021). **O Acordo Mercosul-União Europeia: uma análise a partir do Brasil**. União Europeia: Visões do Sul/Organização: Tomaz Espósito Neto. Ed. – Foz do Iguaçu: IDESF, 2021.

MORERIA, Assis. **A íntegra da resposta do Mercosul à EU para concluir o acordo.** 2023. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/a-integra-da-resposta-do-mercosul-a-ue-para-concluir-o-acordo.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2023.

NOVO, Benigno Núñez. **O Tratado de Assunção.** 2020. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-tratado-de-assuncao/873243816>>. Acesso em: 21. out. 2023.

Özer Y. The european union as a civilian power: the case of the eu's trade policy. **MJES**, v.20, n.2, p. 63-94, 2012.

PARLAMENTO EUROPEU. **Tratado Euratom.** Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/euratom-treaty>>. Acesso em: 20 out.2023.

PARLAMENTO EUROPEU. **Política externa:** objetivos, instrumentos e realizações. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/158/politica-externa-objetivos-instrumentos-e-realizacoes#:~:text=atrav%C3%AAs%20dos%20Tratados%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20e%20de%20Seguran%C3%A7a%20Comum%20\(PESC\)%20da%20Uni%C3%A3o,e%20o%20respeito%20dos%20direitos](https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/158/politica-externa-objetivos-instrumentos-e-realizacoes#:~:text=atrav%C3%AAs%20dos%20Tratados%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20e%20de%20Seguran%C3%A7a%20Comum%20(PESC)%20da%20Uni%C3%A3o,e%20o%20respeito%20dos%20direitos)>. Acesso em: 22 out.2023.

PEREIRA, D. C. **A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia após o Tratado de Lisboa:** a caminho da supranacionalidade? Descrição: Projeto de Doutorado, 2012.

PEREIRA, Antônio Celso. **União Europeia-UE formação histórica e institucional, crise atual dissenso e Brexit.** RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ- Rio de Janeiro, n.40, dez.2021.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

RENEKER, Maxine. A qualitative study of information seeking among members of an academic community: methodological issues and problems. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 487-507, 1993.

SALGADO, Vitoria Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. **O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira.** *Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil* v.9, n.1, p. 1-22, 2020.

SANT'ANNA, Lourival. **Negociadores do Mercosul só conversam porque não conseguem consenso sobre o que dizer à UE.** 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/negociadores-do-mercosul-so-conversam-em-brasilia-porque-nao-conseguem-consenso-sobre-o-que-dizer-a-ue/>>. Acesso em 19 set.2023.

SARAIVA, Miriam Gomes. A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.46, n.1, p.84-111, 2004.

SAVINI, Marcos. As negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.44, n. 2, p. 109-125, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/gmfDQ6MKcjqKVfrNQrSSmfG/>>. Acesso em: 13 abr.2023.

SILVA, Karine de Souza. **A parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia: convergências e divergências da agenda bilateral**. In: Anais do 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200046&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200046&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 13 abr.2023.

THORSTENSEN, V; et al. **Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio**. 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16367/KAS%20%28VF%29-%20UE-Brasil-09-03-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 abr.2023.

UNIÃO EUROPEIA. **Instituições e Órgãos da União Europeia**. Disponível em: <[https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies\\_pt](https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies_pt)>. Acesso em: 13 abr.2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO (2015). Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Faculdade de Ciências Agrônômicas. **Tipos de Revisão de literatura**. Botucatu, SP. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>>. Acesso em: 13 abr.2023.

VEIGA, Pedro da Motta e RIOS, Sandra P. **O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul: Origens, iniciativas e Dilemas**. Santiago de Chile, CEPAL, División de Comércio internacional e integración, Série Comércio internacional. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/7575>>. Acesso em: 13 abr.2023.